



Entre professores e professoras:

Escola Inclusiva: Sujeitos Conectados

VEJA NESTE BOLETIM

Informativo nº 3 | Jan.-Mar./ 2022
Observatório de Educação da UCS

Pág. 3 Editorial

[Acesse aqui o texto.](#)

Pág. 4 Escola Conectada Sob a Ótica da Inclusão

[Acesse aqui o texto.](#)

Pág. 7 IV Conferência Nacional de Educação - CONAE 2022: A nossa escola não pode ficar distante dessa discussão

[Acesse aqui o texto](#)

Pág. 9 Carta aos Poderes Executivo e Legislativo: A escola para ser inclusiva precisa dos Senhores e das Senhoras

[Acesse aqui o texto.](#)



Para conhecer o site do Observatório de Educação da UCS: [clique aqui.](#)

Para conhecer o site do PPGEdu - Programa de Pós-Graduação em Educação da UCS (Mestrado e Doutorado): [clique aqui.](#)

Para conhecer o site do PPGE CiMa - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática: [clique aqui.](#)

Pág. 12 A Tecnologia Presente no Currículo: O papel do professor

[Acesse aqui o texto.](#)

Pág. 14 A Autoformação do Professor para Uso da Tecnologia com Intencionalidade Pedagógica: Um relato de experiência

[Acesse aqui o texto.](#)

Pág. 16 Humanização Através da Tecnologia

[Acesse aqui o texto.](#)

Pág. 17 Referências

[Acesse aqui.](#)

Pág. 18 Expediente e Contatos

[Acesse aqui.](#)

EDITORIAL

Observatório de Educação da UCS

Por Robélia Aragão da Costa - Mestranda em Educação - PCI (Minter) - UCS /Centro de Excelência em Educação do Nordeste Brasileiro

Esta **3ª edição do Boletim do Observatório de Educação da UCS** traz para a pauta temas relevantes para o processo de fortalecimento participativo na definição e implementação de políticas públicas significativas e equitativas, vinculadas à Educação Básica.

Levando em consideração que o boletim intitulado - De Professor para Professor - propõe leituras de textos escritos a partir das vivências de colaborador ou colaboradores, apresentamos como subtítulo - Sujeitos Conectados - para contemplar os olhares referente à inclusão, à equidade e à qualidade,

Acreditamos oportuno, pois haverá a Conferência Nacional de Educação 2022, que visa canalizar as aspirações e expectativas da sociedade brasileira, construindo colaborativamente com as esferas dos Poderes. Essas propostas

poderão vir a integrar o próximo Plano Nacional de Educação.

Logo, há necessidade de já estabelecer um diálogo para sensibilizar os professores, acadêmicos e interessados, no que toca aos desafios para a implementação de políticas públicas e, por conseguinte, de uma escola inclusiva.

A escola precisa estar conectada para incluir, principalmente, através do cumprimento do seu papel social. Também incluindo por meio dos vínculos construídos nas relações, não restringindo a inclusão contemporânea apenas ao uso dos recursos digitais e tecnológicos. Diante disso, não podemos ignorar as discussões acerca das políticas públicas e do universo contemporâneo.

Destarte, a escola não pode deixar de validar as experiências construídas, nem tampouco, desconsiderar os espaços de fala.

Por isso, apresentamos textos que conversam com os leitores, associando-os à realidade escolar e aos temas e desafios presentes na educação brasileira. Temas que instigam a participar de processos educacionais e de práticas educativas inovadoras e significativas

Por fim, esperamos que conexões sejam estabelecidas entre este boletim e os leitores, de modo que a principal mensagem seja entendida: a educação acolhe a todos para incluir, também, a todos.



Robélia Aragão

Crédito: Robélia Aragão

ESCOLA CONECTADA SOB A ÓTICA DA INCLUSÃO

Por Carla Beatris Valentini e Paula Marchesini

Quando falamos da escola sob a ótica da inclusão, podemos falar em diversas perspectivas. Até porque a palavra inclusão tem sido tão utilizada, que muitas vezes se encontra desgastada. Mas é importante considerarmos que sempre que falamos de inclusão, estamos colocando em cena seu par, a exclusão. Assim, como há diferentes perspectivas de inclusão e de como colocá-la em ação, o que também é verdade com relação à exclusão, que pode se revelar pela invisibilidade, pela passividade ou por ações mais diretas.

Queremos trazer aqui uma possível perspectiva de inclusão: o encontro. Tomar a inclusão como encontro, como conexão, implica em coordenar as ações para que o encontro torne-se possível na escola, acolhendo a todos em suas singularidades, mas ao mesmo tempo garantindo o direito à educação para cada um. O que queremos dizer com inclusão como encontro? O Encontro aqui, é entendido como a possibilidade de interação, de trocas interpessoais e intrapessoais, ou seja, de trocas afetivas, sociais e cognitivas. O encontro a que nos referimos não é estar dividindo o mesmo espaço físico. Se assim fosse, estaríamos reduzindo esse encontro ao que chamamos de integração. Na integração, a simples presença das pessoas com ou sem deficiência num mesmo ambiente tende a ser suficiente para se usar o adjetivo integrador.

Compreender a inclusão como encontro, significa defender que sem a interação, sem a troca, nada de novo acontece, nenhum significado é gerado. Sem a interação, nenhuma experiência pode ser criada. Essa concepção também expressa o aprender. E é pela interação que o significado é construído e a aprendizagem se opera. Nessa perspectiva, temos uma concepção de sujeito enquanto sujeito social, um sujeito de potencialidades, um sujeito ativo, que interage com o mundo, um sujeito em construção que também é capaz de deixar suas marcas para a história e para esse mundo. Todos somos sujeitos de aprendizagem, os professores, os estudantes, os membros da gestão escolar, as famílias. É a abertura para o acolhimento, para estar disponível para o outro, que é diferente de mim, que possibilitará o encontro e a aprendizagem. Sem a disponibilidade para esse encontro, não é possível a inclusão. Carlos Skliar provoca-nos com a sua afirmação: “Mais do que estar preparado, no sentido de antecipado a alguma situação educativa particular, o que conta, o que vale à pena, é estar disponível, estar aberto à existência dos demais” (SKLIAR, 2008, p. 11).

E esse estar aberto à existência dos demais, implica em acolher a diversidade. Carvalho (2014, p. 15) define o termo “diversidade” como “integração de diferenças numa unidade que não as anula, mas que ativa o potencial criativo da interação entre os sujeitos e destes com seus contextos”..

Falar de escola, na perspectiva inclusiva, remete-nos a refletir a respeito do direito à educação para todos os estudantes que pertencem às minorias sociais e que, historicamente, foram marcados pela exclusão do acesso à sociedade e, como consequência, do acesso à educação. Para a sociologia, o termo “minorias sociais” é utilizado para referir-se aos grupos excluídos por questões financeiras, étnicas, de gênero, ou por alguma necessidade especial. O que passa despercebido é que as minorias sociais, na verdade, são a maioria da população.

Por isso, uma educação inclusiva deve estar baseada em direitos humanos, sendo a escola um espaço de encontro, de convivência da diversidade humana e que deve estar voltada para o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os seus estudantes (PLETSCH, 2020), com a intencionalidade educativa e pedagógica que definam estratégias para assumir esse dever.

Uma escola que acolhe a diversidade, em todos os âmbitos, nos aspectos atitudinais, arquitetônicos, estruturais e pedagógicos, dá um primeiro passo para conectar pessoas que na sua convivência e interação, aprendem a se respeitar nas suas diferenças. Essa conexão de pessoas que convivem e se reconhecem na sua diversidade, aumenta as possibilidades de

desenvolvimento e aprendizagem.

Atualmente, a inclusão reposiciona as responsabilidades pelos espaços sociais compartilhados, ou seja, os esforços devem ser de todos para efetivar a equiparação das oportunidades. A escola deve oferecer uma educação de qualidade para todos, deve procurar responder à diversidade dos sujeitos implicados no contexto educativo, considerando raça, etnia, linguagem, gênero, nacionalidade, situação socioeconômica e necessidades educativas especiais. Portanto, o foco não pode mais ser colocado nas limitações da pessoa em função de suas deficiências ou necessidades educacionais especiais, mas nas respostas oferecidas pelas instituições de ensino (GLAT; PLETSCH; FONTES, 2008).

A educação inclusiva representou um grande e necessário progresso para alunos da Educação Especial para a obtenção do direito de acesso à escola regular (PLETSCH, 2020). Porém, temos um grande desafio no Brasil para efetivarmos a inclusão educacional. Embora, a legislação priorize que as crianças com deficiência sejam atendidas em classes comuns, os dados apontam que 1/4 desses estudantes não estão tendo acesso à escola regular e dos que têm acesso à escola, 60% não estão sendo recebendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (MENDES, 2019).

Fica claro que não basta a legislação para nos considerarmos inclusivos, precisamos transformar as práticas e as realidades. A inclusão escolar é um processo, precisamos seguir em frente, articulando as pessoas, transformando as práticas, tomando consciências de nossas fragilidades e construindo conexões e propostas para uma escola e uma sociedade sensível ao outro e a diversidade.



Crédito da imagem: Robélia Aragão

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MENDES, E. G.. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas** = EducationPolicyAnalysisArchives, v. 27, n. 1, p. 105, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434605>. Acesso em: 02 dezembro 2021.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento - **Diálogos em Educação**, Rio Grande [S. l.], v. 29, n. 1, p. 57–70, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 06 mar. 2021.

SKLIAR, C. ¿Incluir las diferencias? Sobre un problema mal planteado y una realidad insoportable. **Orientación y sociedad**, v. 8, p. 1–17, dez. 2008.

IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONAE 2022: A NOSSA ESCOLA NÃO PODE FICAR DISTANTE DESSA DISCUSSÃO

Por Patricia dos Santos Costa de Oliveira - Mestranda em Educação - PCI (Minter) -UCS/Centro de Excelência em Educação do Nordeste Brasileiro

Os tempos cotidianos estão, como nunca, construindo uma mentalidade educacional em que a inclusão, a equidade e a qualidade efetivem-se nas instituições de ensino em todos seus níveis, etapas e modalidades. Essas são premissas indissociáveis de uma sociedade melhor para todos. A não fundamentação nessas premissas, tende a tornar inviável o experimento de uma prática educativa habilitada em maximizar os resultados da qualidade do ensino no Brasil.

Na consciência disso, a Conferência Nacional de Educação – CONAE 2022, concentra-se em salvaguardar a qualidade da educação brasileira. Para tanto, posiciona-se junto ao Fórum Nacional de Educação e ao Ministério da Educação, como um espaço democrático que busca fortalecimento participativo

e a valorização do diálogo entre a sociedade.

Aberto pelo poder público e articulado com os mais variados setores sociais, para que todos possam pensar, no sentido de identificar, analisar e compreender as respectivas necessidades, aspirações e expectativas da sociedade brasileira, no que se refere ao movimento da educação nacional.

E nesse movimento, pode a nossa escola ficar distante dessa discussão? Cristalino que não! Mais que nunca, é chegado o momento do engajamento com o futuro da nossa educação. Posto que, será a partir dos resultados básicos desse movimento, que uma provável intervenção poderá se suceder nas políticas públicas em educação no Brasil. Urge uma educação capaz de entender todos os desafios e entraves que ainda a limitam.

Urge uma vigorosa educação a dissecar as diretrizes e as metas do PNE 2024 – 2034, que visa pensar em tecnologias e em conectividade ao seu favor e em matutar sobre o Sistema Nacional de Educação. Urge uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade no país. Nesses aspectos, a participação dos integrantes da comunidade educativa, compreendida aqui como instituições públicas e privadas de ensino da Educação Básica ao Ensino Superior, fazem-se fundante. Só a partir disto, a educação, em todos os seus todos seus níveis, etapas e modalidades, poderá transformar-se numa educação inovadora. Uma conquista válida, conquanto complicada de alcançar, mas factível em todas as ocasiões, que tende a melhores resultados quando pensada por todos, disponibiliza para todos e universalizada.

Embora, não seja uma meta, essa não é uma tarefa tão simples de se consumir, e sendo a intenção maximizar qualidade dos resultados, é salutar o entendimento das premissas que a determinam.

Isto, aliás, não depende somente dos seus prováveis fins e nem dos recursos que lhe são necessários no ato, além da sua amplitude inicial ou derradeira em todas as ações que lhe cabem. Qualquer política pública educacional só será capaz de corresponder os mais relevantes anseios e expectativas da sociedade, orientando-se pelos objetivos basilares da educação. Com estas questões assentadas, será factível solicitar recursos para que a gestão das atividades educacionais concretizem-se melhor, facilitando o emergir de conquistas sociais imprescindíveis à inclusão e à equidade.

A CONAE pode contribuir para que o planejamento das políticas educacionais possam direcionar-se a sanar problemas estruturais que há décadas clamam por soluções ou ao menos considerá-los, contribuindo para que prováveis soluções

aos seus malefícios sejam cogitadas, equacionando como devem se suceder. Certamente, apenas planejar e dirigir os atos básicos da política educacional em uso, não será suficiente para que a inclusão e a equidade sejam possíveis no porvir das práticas educacionais, ainda que possa contribuir para que isto aconteça. Ou seja, é premente que os seus resultados sejam traçados tomando como base a manutenção de uma sociedade assertiva em todos os atos que lhe são pertinentes. Necessita-se, todavia, de uma mudança consistente de paradigma sobre a maneira que as políticas públicas educacionais efetivam-se. Apesar dos inúmeros obstáculos para que algo do tipo se consolide de vez, ainda é uma meta possível de se realizar, desde que o foco de quem a avalia, seja a construção de uma mentalidade educacional que fomenta a inclusão e a equidade no campo educacional. Por isto, a CONAE é oportuna, porquanto, nela possibilita-se ponderar e registrar tais necessidades,

anseios e expectativas dos populares.

Em suma, será mediante as conquistas possíveis pelo debate democrático da CONAE 2022, que a construção de uma visão educacional assertiva ampliará a equidade e a inclusão na educação brasileira em todas as suas dimensões. Somente por este caminho, facultar-se-á, pelo menos, o arrefecer paulatino de todos os entraves e desafios que ainda estão a impedir o emergir de uma educação inovadora, consoante as necessidades, anseios e expectativas da nossa sociedade.

Então, os professores, os coordenadores pedagógicos, os gestores, as esferas do poder público e os demais atores envolvidos com a política educacional, vamos juntos à discussão da CONAE 2022!



CARTA AOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO: A ESCOLA PARA SER INCLUSIVA PRECISA DOS SENHORES E DAS SENHORAS.

Por Ana Jacqueline Braga Mendes - Mestranda em Educação - PCI (Minter) - UCS/Centro de Excelência em Educação do Nordeste Brasileiro

Caxias do Sul, 23 de fevereiro de 2022.

Ilmo(s) Sr(s) e Sra(s) que ocupam cargos no poder público, venho através desta missiva, abrir um canal de reflexão sobre o poder que cada uma de Vossas Senhorias tem em relação ao fazer-se cumprir o direito constitucional à educação de qualidade a todos que fazem este imenso país, Brasil.

A legislação coloca a educação como um dever do Estado e da família e um direito do cidadão. Assim, nasce uma dicotomia que está diretamente ligada ao fato do Estado dar condições para que todos os cidadãos tenham acesso garantido ao aprendizado e é dever de todos os cidadãos buscarem do mesmo. A nossa constituição é enfática no que diz respeito ao direito a educação de todos,, independente de cor, raça, religião ou credo. Portanto, todos os indivíduos de nossa sociedade têm assegurado por lei o direito à educação. Além da Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), também assegura o direito a todos de acesso à educação, e mais que isso, do direito aos programas suplementares de suma importância. Esses programas, uma vez que bem aplicados, muito colaboraram para a igualdade de permanência e não só de acesso à escola. No seu artigo 3º a LDBN assegura o “VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”.

Mas como garantir este direito? Será que o direito em si garante a eficácia e a eficiência da educação? A educação ao longo de muitas décadas avançou significativamente em relação a leis. Inúmeras políticas públicas e ações foram desenvolvidas em prol da melhoria e da qualidade da educação. Os projetos, as ações afirmativas, os investimentos, os avanços tecnológicos e os inúmeros outros meios de busca da melhoria da educação foram implantados no sistema educacional brasileiro.

Entretanto, a desigualdade continua viva e operante. Desníveis brutais de escolaridade, de saúde, de nutrição, de oportunidades continuam a criar castas sociais. A desigualdade e a falta de equidade existentes ainda, são gritantes. Inúmeras crianças faltam à escola para dedicarem-se ao trabalho infantil, em condições sub-humanas, forçados e degradantes, como é o caso da prostituição infantil, o trabalho nas carvoarias, nos cortes de cana-de-açúcar. Falta transporte público, faltam profissionais em sala de aula e os baixos salários não tornam a profissão docente atrativa.

Todos esses aspectos evidenciam a atual crise da educação pública básica, um retrato do despreparo administrativo e do desrespeito histórico do poder público em relação a educação, o que afeta diretamente o desenvolvimento político, ético e intelectual de grande parte da população brasileira.

A busca da garantia de direitos em relação a educação é penosa. Cabe a cada homem, mulher e pessoa que ocupa cargo público, refletir: Qual a garantia da execução do direito à educação? De que forma é garantido este direito? Com que qualidade? Quais os mecanismos? Quais os instrumentos?

Percebe-se claramente que as políticas públicas são fundamentais para que a educação se processe. Mas como fazer para que as teorias e as leis tomem forma prática? Palavras sem obras são mortas. Portanto, compreende-se que a implantação de quaisquer procedimentos, currículos e estratégias realmente eficazes para a educação requerem a disponibilidade de recursos financeiros e do querer do poder público.

Surge a dicotomia: O direito a educação é assegurado, mas será que é cumprido? A educação tem servido para muitos políticos como base de governo. Cabe-nos saber se o discurso dos homens e das mulheres públicas concretizam-se. É visível que mesmo com uma legislação que garanta e reforçe o propósito da educação, estamos longe do ideal.

Vivemos em uma sociedade plural, urgindo por buscarmos caminhos que nos levem a uma educação que garanta igualdade e equidade no processo ensino aprendizagem. É possível? Sim! Basta querer.

E para que isso aconteça de fato, a educação deve ser vista como a única via capaz de possibilitar melhoria das condições de vida dos cidadãos menos favorecidos e uma melhor perspectiva de qualidade de vida. Além disso, a sociedade deve estar envolvida e comprometida em iguais condições, no processo de promoção da igualdade social através da educação.

Incentivamos às Vossas Senhorias para estabelecer um diálogo verdadeiro com todos os atores que fazem a educação, buscando soluções a partir do amplo entendimento sobre a escola pública, promovendo políticas públicas educacionais que conduzam a produção de um conhecimento libertador, reflexivo, crítico, político e transformador.

Talvez esta carta não toque o coração, nem a mente de todos a quem foi destinada. Mas se um ou dois refletirem sobre o assunto e tomarem a decisão de usar o que é do povo para o povo, no caso a máquina pública, quem sabe deixe de ser utopia a educação que almejamos: a que transforma e muda histórias.

Ana Jacqueline Braga Mendes

Você sabe qual a o tema e a pauta da CONAE?
INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: Compromisso com o futuro da educação brasileira.
A pauta da CONAE 2022 consistirá dos seguintes temas:

1. NOVO PNE – 2024 - 2034

- Avaliação das 10 Diretrizes do PNE – 2014 - 2024;
- Avaliação das 20 metas do PNE - 2014 - 2024;
- Relação da atual demanda;
- Desigualdades e inclusão.

2. SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- Avaliação da legislação inerente;
- Projeto de modelo.

3. EDUCAÇÃO NACIONAL

- Formação de professores e continuada;
- BNCC;
- Currículos;
- Financiamentos;
- Políticas de cotas;
- Educação Especial;
- Educação Profissional e Tecnológica.

4. EQUIDADE E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Os temas foram estruturados em eixos e sub-eixos, que foram mencionados a seguir, introduzindo-se em seu início, no tocante à avaliação do PNE 2014-2024, a avaliação da evolução das políticas públicas educacionais (de Estado e de Governo) no intervalo 2018 – 2022, quadriênio transcorrido entre a última CONAE e a próxima.

A TECNOLOGIA PRESENTE NO CURRÍCULO: O PAPEL DO PROFESSOR

Por Ana Patrícia de Oliveira Martins e Robélia Aragão da Costa - Mestrandas em Educação - PCI (Minter) -UCS/Centro de Excelência em Educação do Nordeste Brasileiro

Usar a tecnologia no currículo escolar é tão difícil assim? Iniciamos esta escrita com essa pergunta para falarmos sobre a tecnologia presente no currículo escolar.

Partindo do princípio de que a tecnologia faz parte do cotidiano das pessoas, inclusive dos sujeitos que integram a comunidade educativa, é urgente o estabelecimento da relação entre a educação pública e a tecnologia.

Numa tentativa de responder a pergunta, talvez, fazer o uso da tecnologia no currículo escolar torna-se difícil, porque esse uso deve ser intencional, sendo assim, exige planejamento e saberes para explorar os recursos pedagógicos, inclusive os digitais.

O nosso currículo escolar precisa ser definido através do Projeto Político Pedagógico, aproveitando para incorporar o uso da tecnologia, dando sentido e possibilitando a renovação de conceitos e práticas pedagógicas que favoreçam o trabalho dos professores, cujo objetivo deve ser a melhoria do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.

Perguntamos a três professores da Educação Básica sobre o papel do professor no uso da tecnologia a favor da aprendizagem.

Para melhor entendermos como o professor poderá colaborar para isso, numa sociedade contemporânea cada vez mais digital, perguntamos a três professores: Qual o papel do Professor no uso da tecnologia a favor da aprendizagem?

Foram contatados professores de escolas públicas estaduais da Bahia, atuantes no Ensino Médio, sendo eles: a Professora Lucicleide Meireles e Oliveira (Língua Portuguesa), o Professor Tarcízio Vitório de Souza (Matemática) e a Professora Nathana de Almeida Santos (Matemática).

Nóvoa e Alvim (2021, p. 3) convidam-nos a “compreender a *espessura* do presente e agir pela construção de uma outra escola”.



As possibilidades são inúmeras para o professor desenvolver seu fazer. Contudo, lucidez e coragem colocam-no na perspectiva de desejar que o estudante interaja com esse que se ocupa dele e também se coloque no mundo da experiência. Colocar-se no mundo é também apoiado pelo professor. Lucicleide aponta que,



Possibilitar o engajamento e a atenção do aluno a favor da percepção para um melhor entendimento dos conteúdos e contribuir na participação.

Crédito: Lucicleide Meireles e Oliveira

O foco passa a ser o sujeito que se engaja e não o uso e a compreensão de tecnologias puramente. A construção da aprendizagem passa pela atenção, pela problematização e pela significação da relação construída na escola entre o estudante/professor, o estudante/professor e o estudante/estudante. Os conteúdos vão sendo pactuados pela cultura e rompem barreiras para as novas e singulares inscrições.

O uso da tecnologia, que pode ser plugada ou desplugada, agrega de modo a integrar o conhecimento, tanto na oralidade, como na escrita, na compreensão e na diversidade. Além de ser de interesse dos estudantes. Com a horizontalidade das relações nas escolas, o professor e o estudante podem lançar-se no pensamento freiriano de ensinar aprendendo e aprender ensinando. Dessa forma, um novo cenário surge a partir da cultura digital que vai para além de patamares dos avanços tecnológicos. Tarcízio Vitório diz que:

Atuar de forma eficaz em função das diversas inteligências dos discentes, respeitando o perfil individual, visto que isso aumenta a possibilidade de diversificar a abordagem, formação e avaliação de maneira rápida coletiva ou individual.



Crédito: Tarcízio Vitório de Souza

Também, considerando esse cenário, as práticas educativas e relação entre professor e alunos, a Nathana pontua que:

A tecnologia desperta a criatividade, o interesse, em novas formas de se comunicar, pensar, estudar e aprender. Aproxima os professores dos alunos, permitindo a possibilidade de construir conhecimentos e trocas de experiências juntos. Uma construção coletiva do saber. A tecnologia facilita a transmissão da informação, mas o papel do professor continua sendo fundamental.



Créditos das imagens: Nathana de Almeida Santo

Por fim, que neste papel em processo de reconstrução, o professor sempre lembre: “Não há educação sem o desejo de poder ser *outro alguém*” (NÓVOA; ALVIM, 2021, p. 7).

REFERÊNCIAS

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. Os professores depois da pandemia. **Educação e Sociedade**, v. 42, Campinas, 2021.

A AUTOFORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA USO DA TECNOLOGIA COM INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Por Ozival Barbosa da Silva - Mestrando em Educação - PCI (Minter) - UCS/Centro de Excelência em Educação do Nordeste Brasileiro

A situação imposta às Redes de Ensino relacionadas à tragédia da Covid-19, evidenciou sérias limitações em face da intenção de retorno às atividades pedagógicas, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, uma vez que a pandemia fez suspender as atividades presenciais. As fragilidades são de todas as ordens, desde as limitações de logística e de conectividade, como no Estado do Amazonas, as limitações dos familiares que não possuem equipamentos, das próprias escolas públicas e da formação dos Professores, habituados na ação docente presencial e com reduzida habilidade no manuseio das tecnologias digitais no campo pedagógico.

Essas limitações apontaram para os professores sobre a necessidade de tomada de decisão frente aos desafios impostos pela pandemia da Covid-19.

Um novo formato de material pedagógico precisou ser redirecionado para ser disponibilizado aos estudantes alguma forma de acessar aos conteúdos, minimizando, dessa forma, o analfabetismo em que muitos estavam prestes a ser inseridos. Diante disso, os professores passaram a reinventar outros meios que não fossem o presencial para alcançar pedagogicamente seus alunos.

Assim, os professores da rede estadual de ensino das escolas do Amazonas passaram pelo processo de autoformação, buscando mecanismos pedagógicos, via plataformas educacionais, com o intuito de fornecer possibilidades para os alunos da rede pública o acesso ao ensino.

Nisso, apresentaram suas aulas via plataforma *Google Meet*, utilizaram formulários do *Google*, o aplicativo *Microsoft Teams*, aplicativos de aulas em

em casa, gravação de vídeos para enviar em grupos de *WhatsApp*, disponibilizaram arquivos em PDF, Word e ainda, printaram as telas com os conteúdos para os casos em que os alunos encontraram dificuldades para baixar os conteúdos, dado a baixa conectividade.

Observou-se que foram utilizadas estratégias diversas, mas buscando o mesmo objetivo, possibilitar aos estudantes meios que pudessem atendê-los pedagogicamente. A professora “Lene” (nome fictício) da EE Prof. L. de V. D., atuou no 1º ano do Fundamental 1 em 2021. Ela pontua que “o ano de 2021 iniciou nas escolas de forma remota, devido à pandemia, logicamente, nós professores tínhamos um grande trabalho pela frente”.

A seguir, ainda com relatos da professora “Lene”, são trazidos alguns excertos a respeito da experiência com os alunos durante a pandemia de Covid-19.



Créditos: Ozival Barbosa

“Então, eu professora do primeiro ano da turma 1 e 2, precisava encontrar novas ferramentas para aceitabilidade e a participação efetiva para os alunos. Dessa forma, fiz algumas pesquisas de como alcançar, de forma remota, essas crianças e assim também, ter um vínculo com seus pais. Já, que eles seriam nossos parceiros por alguns meses e estariam auxiliando seus pequenos em suas casas.

Busquei na internet alguns vídeos interativos, jogos online de língua portuguesa e matemática, desafios matemáticos, participação de aulas pelo *Google Meet*, chamadas criativas, e também fizemos figurinhas com as fotos dos meus pequenos. Leitura de palavras e de imagens pelo *Google Meet* individualmente, bem como, ditados sempre com a participação dos pais. Quanto às atividades avaliativas, enviava pelo *Google Classroom*, uma ferramenta pedagógica que busquei conhecer, por meio de vídeos no *Youtube*, que puderam me dar suporte na utilização da ferramenta digital.

Então, eu disponibilizava as atividades avaliativas e demais exercícios na sala de aula do *Google Classroom* e destinava um período para obtenção da devolutiva dos alunos. Realizamos nesse período, sempre de forma remota, uma gincana, procurando sempre fazer uma aula diferenciada com a participação de todas as crianças. Não foram momentos fáceis, mas conseguimos. Sempre contamos com a maioria dos alunos e em algumas vezes tínhamos 100% deles nas aulas.

Após o retorno semipresencial, eu senti a necessidade de recepcioná-los de uma forma acolhedora e diferenciada. Então, através de um de meus alunos que sonha em ser astronauta, busquei a temática para ornamentar a sala de aula e recebê-los de forma bem acolhedora”.



Créditos: Ozival Barbosa

HUMANIZAÇÃO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA

Por Patrícia Bado Auler Klohn, Mestranda em Educação no PPGEdu da UCS

O Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, possui um canal no *YouTube* chamado Diálogos PPGEdu UCS. Nesse, são postadas produções de professores(as) e de estudantes.

De forma cooperativa, enviamos para postagem no canal quatro vídeos, com cerca de 15 minutos cada, sobre assuntos como Desenho Universal para Aprendizagem - ou DUA. O DUA é um conceito que ainda precisa ser divulgado nas universidades e escolas. Ele não tem o mesmo significado de tecnologia assistiva, por mais que também objetive a inclusão dos indivíduos.

Gostaria de saber mais? Para acessar esses vídeos, clique nos *links* ao lado.



Conheça o desenho universal para a aprendizagem:

<https://youtu.be/h79tQUG8At4>.

Desenho universal para aprendizagem e educação infantil:

<https://youtu.be/Ag8F3KW4w7c>.

Desenho universal para aprendizagem e educação a distância:

<https://youtu.be/X9CGgzFkmcY>.

Desenho universal para aprendizagem na prática:

<https://youtu.be/jbigJNwNglc>.

Além dos vídeos mencionados, preparei uma palestra com algumas sugestões de como humanizar a educação a distância. Ela será transmitida no evento II Conbraed, no dia 30 de março de 2022.

Acesse o evento através do site: <https://ime.events/ii-conbraed> e inscreva-se para poder ter acesso à essa palestra!



**II CONGRESSO BRASILEIRO DE
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
ON-LINE**



Crédito: Bisol Fotografia

REFERÊNCIAS

Informativo nº 3 | Jan.-Mar./ 2022
Observatório de Educação da UCS



CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

MENDES, E. G. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**= EducationPolicyAnalysisArchives, v. 27, n. 1, p. 105, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434605>. Acesso em: 02 dezembro 2021.

PLETSCH, M. D. O que há de especial na educação especial brasileira? Momento - **Diálogos em Educação**, Rio Grande [S. l.], v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 06 mar. 2021.

SKLIAR, C. ¿Incluir las diferencias? Sobre un problema mal planteado y una realidad insoportable. **Orientación y sociedad**, v. 8, p. 1-17, dez. 2008.

EXPEDIENTE E CONTATOS

Núcleos de Inovação e Desenvolvimento - NID
Observatório de Educação da UCS

Informativo nº 3 | Jan.-Mar./ 2022

Coordenação: Profa. Dra. Nilda Stecanela e Profa. Dra. Andréia Morés

Responsável por esta edição: Robélia Aragão da Costa

Colaboradoras desta edição: Ana Jacqueline Braga Mendes, Ana Patrícia de Oliveira Martins, Carla Beatris Valentini, Fabiane Ferretti Munhoz, Ozival Barbosa da Silva, Patrícia Bado Auler Klohn, Patricia dos Santos Costa de Oliveira, Paula Marchesini, Robélia Aragão da Costa.

Imagens: Ozival Barbosa da Silva, Patrícia Bado Auler Klohn, Robélia Aragão, Lucicleide Meireles e Oliveira, Tarcízio Vitório de Souza e Nathana de Almeida Santo, Darlan Gebing Sheid e Sônia Regina da Luz Matos, Conae 2022.

Revisora do texto: Marcéli dos Santos Milano Gonçalves.

Contato: marcelimilano@gmail.com

E-mail do observatório: observatoriodeeducacao3@gmail.com

Faça parte do nosso grupo de transmissão no *WhatsApp* para receber os próximos boletins:

Clique aqui.

Contatos para mais informações sobre o Mestrado e o Doutorado em Educação:

E-mail do PPGedu: ppgedu@ucs.br

Telefone do PPGedu: (54) 3218-2100 ramal 2824

